



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

**REQUERIMENTO Nº DE 2021.
(do Senhor ARNALDO JARDIM)**

Apresentação: 10/08/2021 11:04 - CREDN

REQ n.59/2021

Requer a realização de seminário conjunto da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Des. Rural; Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e; Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, com o objetivo de debater as posições e propostas do governo federal para a 26ª edição da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-26), bem como o posicionamento das entidades do setor produtivo.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência que, nos termos regimentais, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de seminário conjunto da *Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Des. Rural; Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e; Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional*, com objetivo de conhecer e debater o posicionamento, ações e proposta, a serem apresentados pelo governo brasileiro na a 26ª edição da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-26), bem como o posicionamento das entidades do setor produtivo. Para tanto, solicitamos o convite aos seguintes expositores, ou representantes:

- Senador Ciro Nogueira – Ministro-Chefe da Casa Civil (Casa Civil);
- Dep. Teresa Cristina - Ministra da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Joaquim Leite - Ministro do Meio Ambiente (MMA);
- Embaixador Carlos Alberto Franco França - Ministro das Relações Exteriores do Brasil (MRE);
- Representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA);
- Representante da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítrico (CITRUSBR);
- Representante da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (ÚNICA);
- Representante da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (APROSOJA BRASIL);
- Representante da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC);
- Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI).



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Arnaldo Jardim
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213379342300>



* C D 2 1 3 3 7 9 3 4 2 3 0 0 *



JUSTIFICAÇÃO

Como de conhecimento público, do dia 1 a 12 de novembro, aconteceu em Glasgow na Escócia, a 26ª edição da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-26). A realização dessa edição estará sob a reponsabilidade do Reino Unido, em parceria com a Itália, e estava originalmente prevista para acontecer em novembro de 2020 (adiada em função da pandemia).

Durante a COP26 serão debatidos assuntos ligados a regulamentação do mercado de carbono e os marcos temporais comuns para as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), ou seja, o compromisso voluntário de cada nação nas metas de redução dos gases de efeito estufa. Reconhecidamente, a queima de combustíveis fósseis e atividades industriais são uma das maiores responsáveis pelas emissões humanas de carbono na atmosfera. As regras para a redução das emissões foram estabelecidas, principalmente, pelo Acordo de Paris e Protocolo de Quioto, que fixaram metas de redução dessas emissões no mundo.

O Brasil, pela sua biodiversidade e extensão de terras preservadas, é um dos países mais importantes para manutenção do clima no mundo, e, por tanto, possui papel fundamental nas discussões do fórum do clima. Por um outro lado, o país vem sofrendo diversos ataques à sua imagem de sustentabilidade, em grande parte infundados ou perniciosamente direcionados pela sua pujança ecológica e produtiva.

As discussões que se desenrolarão na COP 26, abrirão um espaço importante na audiência mundial para que o Brasil possa reestabelecer a verdade, mostrando que além de preservar, o país cumpre a honrada missão de, a cada dia mais, alimentar a população mundial (que ainda se encontra em franca expansão).

Nesse sentido, o conhecimento da legislação brasileira e dos dados ligados a conservação no Brasil, podem ter um papel fundamental no esclarecimento da opinião pública mundial sobre o papel que o agricultor brasileiro exerce na conservação e na sustentabilidade. Esse conhecimento também pode ajudar a entender o que está por trás da difusão, por parte da mídia mundial e nacional, acerca do setor.

O Brasil possui uma das legislações mais restritivas do mundo, e que impõe exigências de preservação já mais vistas em qualquer outro lugar do mundo. O Código Florestal é o exemplo disso. A lei florestal impõe a preservação mínima de 20% nas propriedades rurais, chegando a 80% na Amazonia. Isso significa, que o produtor rural é obrigado a investir seu próprio patrimônio na conservação.

A agropecuária brasileira, um dos setores mais prejudicados por esses ataques, tem trabalhado constantemente para garantir que sua produção cumpra os mais rigorosos padrões de





CÂMARA DOS DEPUTADOS

sustentabilidade exigidos pelo mundo, e mesmo assim sofre com a difamação despertada pelo receio da excelência competitiva do setor.

É nesse sentido que propomos a realização do presente seminário, objetivando a discussão, alinhamento e esclarecimento da real situação brasileira, e de forma a compreender as propostas e o discurso que será apresentado pelas autoridades brasileiras durante a COP 26 na Escócia.

Sala da Comissão, em 10 de agosto de 2021.

ARNALDO JARDIM
Deputado Federal

Apresentação: 10/08/2021 11:04 - CREDN

REQ n.59/2021



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Arnaldo Jardim
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213379342300>

